

A CRISE DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E A BUSCA POR SOBRELUCROS NA NATUREZA: A EXPROPRIAÇÃO DA VIDA PELAS GRANDES FRAÇÕES DO CAPITAL INDUSTRIAL, IMOBILIÁRIO E FINANCEIRO

THE CRISIS OF CAPITAL ACCUMULATION AND THE SEARCH FOR SUPERPROFITS IN NATURE: THE EXPROPRIATION OF LIFE FOR THE LARGE FRACTIONS OF THE INDUSTRIAL, REAL ESTATE AND FINANCIAL CAPITAL

Alan Faber do Nascimento¹
alanfaber@uol.com.br

RESUMO

Este artigo pretende demonstrar como as contradições constituídas no seio da formação, da realização e da distribuição da mais-valia têm levado o capitalismo a uma espécie de reprodução “fantasmagórica”, na qual vicejam a predação sobre a natureza e, sobretudo, a violência contra os mais pobres. Mais precisamente, objetiva-se elucidar como, no esforço constante para pôr e repor seus pressupostos, a mercantilização da natureza pelo capital tem erguido novas barreiras que, ao final, acabarão obstaculizando a própria reprodução da vida na Terra. Para isso, num primeiro momento, busca-se, no interior do pensamento marxista contemporâneo, recolocar, agora sob o ângulo ambiental, o debate clássico sobre as crises do capital. E, num segundo momento, tomando como referência as estratégias das grandes empresas, evidencia-se como a natureza tornou-se um alibi para a extração de sobrelucros na produção capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Crise; Natureza; Sobrelucros.

ABSTRACT

This paper will demonstrate how the contradictions created within the formation, the accomplishment and the distribution of surplus value have brought capitalism to a sort of “phantasmagoric” reproduction, in which thrives the depredation on nature and, principally, the violence against the poorest. More precisely, it elucidates, in a constant effort to set and reset its assumptions, how the commercialization of nature by capital has erected new barriers in which, eventually, will compromise the reproduction of life on Earth. For this, in the first moment the classic debate about the crises of capital will be restored within the contemporary marxist thought under an environmental angle. In the second moment, having the strategies of the big companies as reference, it will be evidenced how the nature has become an alibi for the extraction of superprofits in capitalist production.

KEYWORDS: Capitalism; Crisis; Nature; Superprofits.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

INTRODUÇÃO AO CLÁSSICO DEBATE SOBRE AS CRISES DO CAPITAL

Saber-se-ia muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perder-se tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicarem-se por si mesmas

José Saramago

Dizia Karl Marx que o capitalismo se distingue de outros modos de produção por ser plenamente histórico, uma vez que, enquanto formação social profundamente contraditória, necessita sempre pôr e repor os seus pressupostos. Talvez seja por essa inflexão que, a nosso ver, um dos temas mais instigantes e fascinantes, ainda que muito problemático, da Crítica à Economia Política resida nos estudos que se debruçam sobre as crises do capitalismo e procuram identificar os diversos expedientes que o capital utiliza para poder se ampliar, expandir, reproduzir-se, em uma palavra, sobreviver.

De imediato, é possível reter desses estudos algumas formulações gerais. Um, existem crises cíclicas e crises estruturais do capital. De modo que, enquanto as primeiras são resultado dos limites relativos do sistema capitalista e, desse jeito, passíveis de correção pela política liberal (o que, ao fim e ao cabo, engendra um novo ciclo de crescimento econômico), as crises estruturais são fruto de um acúmulo de contradições sociais que ativa os limites mais destrutivos do sistema. Dois, a produção capitalista somente consegue contornar as crises que lhe são inerentes empregando meios que, novamente e numa escala mais imponente, fazem erguer diante dela as mesmas barreiras. E três, e mais importante, o capitalismo não se autodestrói, pois deve ser superado – o que implica contestar, por exemplo, teorias que buscam divisar limites externos à reprodução do existente, caso da corrente encabeçada pelo economista californiano James O'Connor que defende a ideia de que a dilapidação dos recursos naturais pelo lucro a qualquer custo desembocaria numa “segunda contradição” para a acumulação capitalista. Ora, apoiando-nos em Chesnais e Serfati (2003), não há nada de mais equivocado, porquanto é nos mecanismos de criação e apropriação do sobretrabalho que se formam as barreiras para o capital, bem como as condições para a ação revolucionária.²

No que se refere às formulações supracitadas, além, é claro, do autor de *O Capital*, Rosa Luxemburgo, em *A Acumulação do Capital*, obra publicada em 1913, talvez tenha sido a primeira autora que estudou, sistematicamente, os artifícios usados pelo capital para resolver suas

² Ainda que não considere a análise marxista das crises obsoleta, O'Connor (1988), em *Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction*, busca assinalar que, nos dias que correm, o capitalismo estaria sendo confrontado por uma “segunda contradição” ao nível das condições gerais de produção (meios de comunicação, meios de transporte, infraestruturas físicas e sociais, e meio ambiente). A tese que o autor apresenta é que essas condições de produção, indispensáveis para a acumulação, não estão sendo reproduzidas de modo sustentável, em parte porque o capital, a fim de manter seus lucros, diminuiu os investimentos na manutenção do ambiente construído; em parte porque a inevitável degradação desse ambiente acabou por elevar seus custos de reparo.

contradições internas.³ Inserida num contexto histórico de disputas territoriais entre potências mundiais, Rosa Luxemburgo procurava demonstrar como a expansão imperialista do capital podia ser explicada com base numa situação de subconsumo, expressa por uma insuficiência de demanda para absorver o crescimento da produção material. Tal insuficiência, dizia ela, revelava um ponto fraco da teoria marxista consagrada à realização da mais-valia e consistia na diferença entre o valor criado pelo trabalho e a contrapartida da venda da força de trabalho sob a forma de salário. Dito de outro modo, a exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, impunha um obstáculo à “tarefa de Sísifo” representada pela equação D-M-D’. Daí que a realização da mais-valia somente poderia se efetuar nos meios rurais e nos países não industrializados. Daí também o recurso, por parte do capital, a uma política de colonização, a um sistema internacional de empréstimos, à guerra, à fraude, à pilhagem, em suma, a todo tipo de violência contra o homem e a natureza.

Em contraponto à tese luxemburguista, Lênin foi outro pensador marxista clássico que se ocupou do tema. Como observa Lefebvre (1972), para Lênin, era contestável o argumento segundo o qual os capitalistas realizavam parte importante da mais-valia num mercado exterior à sociedade capitalista, haja vista que a grande indústria produzia, sobretudo, meios de produção, máquinas e matérias-primas, de sorte que eram outros capitalistas que compravam e pagavam por esses bens manufaturados, impulsionando, assim, o crescimento das forças produtivas. A sobreprodução inerente a esse processo (excesso de capital) manifestava-se, portanto, como período de depressão ou crise cíclica, e não como crise final, segundo previa Rosa Luxemburgo (LEFEBVRE, 1972). Além do mais, em torno dos núcleos da produção industrial e do poder burocrático, gravitam camadas muito variadas de trabalhadores, tais como servidores públicos, técnicos de Estado, políticos, profissionais liberais, produtores autônomos, entre outros, que não se inserem, necessariamente, na polarização entre “Grande Indústria” e “Proletariado” – o que não quer dizer, é claro, que essas camadas estejam situadas fora do capitalismo, seja em relação à produção, ou em relação ao mercado de consumo (basta ver o papel da publicidade na conformação subjetiva dos indivíduos para o consumo conspícuo). O fato é que, se, por um lado, a indústria escoava para o meio capitalista parte importante de seus produtos, bem como procura meios externos para a realização do restante, por outro lado, outra parte considerável acaba sendo incorporada pelo urbano (notadamente bens de consumo). Assim, para Lênin, o recurso aos meios externos cumpria, sem dúvida, um papel na acumulação capitalista, mas não era uma

³ As opiniões aqui desenvolvidas referentes à obra *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo – e também em relação aos comentários posteriores sobre Lênin – tiveram como base nossas interpretações a respeito da obra de Henri Lefebvre intitulada *O Pensamento Marxista e a Cidade* (1972), texto no qual, em capítulo denominado *O Capital e a Propriedade do Solo*, o filósofo francês discorre sobre as contradições subjacentes à formação, realização e distribuição da mais-valia. Por isso, assumimos o ônus sobre quaisquer possíveis erros de avaliação, seja em relação aos dois clássicos do pensamento marxista, seja em relação ao próprio Lefebvre.

necessidade absoluta, pois, caso contrário, o crescimento das forças produtivas no capitalismo tornar-se-ia incompreensível (LEFEBVRE, 1972).

Acontece que, na atual fase da acumulação do capital à dominância financeira, o que parece não faltar são exemplos que avalizam os argumentos de Rosa Luxemburgo. Quaisquer que sejam os lados que a vista alcança, abundam formas brutas e selvagens de valorização de capitais. Senão vejamos. No âmbito das finanças, por exemplo, existem os derivativos financeiros e imobiliários, as valorizações fraudulentas de ações (conforme mostra o caso da bancarrota da *Enron Corporation*), a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, os falsos esquemas de enriquecimento imediato e as abundantes emissões de capital fictício e títulos da dívida pública para cobrir investimentos do Estado e do capital (haja vista os megaeventos esportivos, tal como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol). Já no âmbito dos direitos de propriedade, há as tarifas sobre elementos vitais como a água e o ar, os *royalties* cobrados pela exploração do petróleo, os mercados de crédito de carbono, as patentes sobre Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), farmacos e sementes, a disputa por controles institucionais (caso das batalhas jurídicas e negociações intensas envolvendo os produtores mundiais de vinho), bem como a biopirataria, que pilha os recursos naturais dos países periféricos, em benefício de grandes empresas multinacionais. E no tocante às consequências desses dois âmbitos, temos a transformação em mercadoria da natureza, da cultura, da história, da memória, da tradição (haja vista as formas “alternativas” de expansão do turismo, incentivando as populações metropolitanas a consumir, freneticamente, aquilo que o processo histórico esmigalhou), a perda de direitos trabalhistas e a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho (o atual mundo do trabalho vive uma paradoxal situação em que o trabalhador informal realiza a valorização do valor de forma mais eficiente que o empregado formalizado), a privatização de bens até há pouco considerados públicos (o que tem indicado uma nova onda de expropriação de terras e servidões comuns), assim como a espoliação dos recursos sociais de produção de populações que não foram, historicamente, mobilizadas por processos industrializantes e que permanecem, em função disso, como depositárias de culturas populares, caipiras e “tradicionais” (caso da violência imobiliária e institucional a que foram submetidos os caçaras, ocupantes antigos do litoral brasileiro das regiões sul e sudeste). Enfim, em face de todos esses exemplos, no campo específico das diferenças entre as duas visões apresentadas, não estaria a razão, em boa medida, com Rosa Luxemburgo, e não com Lênin?

Aprofundando no jogo que essa problemática envolve, este artigo pretende demonstrar a forma pela qual as contradições constituídas no seio da formação, da realização e da distribuição da mais-valia têm levado o capitalismo a uma espécie de reprodução “fantasmagórica”, na qual vicejam a predação sobre a natureza e, sobretudo, a violência contra os mais pobres. Mais

precisamente, objetiva-se elucidar como, no ímpeto de pôr e repor seus pressupostos, a incorporação da natureza pelo capital – agora não apenas como recurso do processo social, mas como uma nova mercadoria – tem erguido novas barreiras que obstaculizam tanto sua reprodução quanto, o que é mais grave, a reprodução da vida. Para isso, num primeiro momento, buscamos, no pensamento marxista contemporâneo, autores que nos ajudem a tratar o debate clássico sobre as crises do capital pelo atual ângulo da questão ambiental, a exemplo do economista francês François Chesnais e do geógrafo britânico David Harvey. E, num segundo momento, tomando como referência as estratégias de atuação de frações do capital industrial, imobiliário e financeiro, demonstraremos como a natureza tornou-se um álibi para a extração de sobrelucros na produção capitalista.

A NECESSÁRIA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-MATERIALISTA SOBRE A CRISE ECOLÓGICA MUNDIAL

Parece haver um consenso entre os cientistas sociais, sejam eles filósofos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos ou geógrafos, de que a atual questão ecológica precisa ser situada no seio da crise das promessas do projeto moderno. Decerto, desde as reuniões do Clube de Roma na década de 1960, passando pelas conferências sobre o meio ambiente organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, em 1972, e no Rio de Janeiro, em 1992, bem como pela redação do Relatório de Brundtland, em 1989, até as correntes e controversas discussões sobre as mudanças climáticas, o ideal baconiano de controle do homem sobre a natureza tem estado sob xeque. Afinal, parafraseando Hans Jonas (apud BAUMAN, 1999), o perigo de tal ideal não residiu nas falhas de suas intenções, mas sim nos pressupostos do seu sucesso.

Pensamos, no entanto, que tal abordagem, como é comum no universo do consenso, acabou iludindo os conteúdos explicativos e, por assim dizer, conflitivos da crise ambiental, que passaram a ser substituídos por generalidades e abstrações, a começar pela noção de sustentabilidade – essa palavra da moda cujo uso transformou-se em uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros – e a terminar pelo decantado compromisso entre gerações, em substituição ao conflito de classes: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, no artigo *“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas*, de autoria de François Chesnais e Claude Serfati, os autores partilham do objetivo teórico de que é imprescindível vincular a destruição da natureza e da biosfera à expropriação dos camponeses e à exploração dos trabalhadores pelos capitalistas,

sob pena de as palavras ecologia e meio ambiente converterem-se em palavras impróprias e, perigosamente, inadequadas, haja vista as “exceções” que, muitas vezes, são legitimadas mundo afora em nome delas. Tanto é assim que a ausência de uma postura anticapitalista levou a maioria dos partidos verdes europeus (notadamente na Alemanha, país em que a bandeira ecológica tem profundas raízes político-partidárias) a tornar-se simples parceiros “ecorreformistas” da gestão social-liberal do capitalismo. Nessas circunstâncias, não surpreende, portanto, que figuras como um Bill Gates ou um Rupert Murdoch viraram modelos de um jeito ecológico de ser.

Além disso, prosseguindo na crítica às concepções consensuais sobre a crise ambiental, Chesnais e Serfati (2003) fazem questão de sublinhar que os mecanismos que nos levaram a ela estavam presentes desde as origens do capitalismo – mais precisamente, nos fundamentos sociais desse modo de produção e dominação social. De fato, ainda que tenha sido criticado por alguns cientistas sociais por não ter desenvolvido, sistematicamente, uma reflexão sobre as consequências ambientais do avanço das forças produtivas (vide crítica feita por Giddens (1991) em *As Consequências da Modernidade*), no final da quarta seção do livro I de *O Capital*, Marx (2006) demonstra que o capitalismo, ao romper os laços primitivos que ligavam o homem à terra, por meio da expropriação do campesinato e em função da preponderância cada vez maior da população urbana, produziu uma falha metabólica na volta à terra dos elementos consumidos pelo ser humano, violando, assim, a condição natural de fertilidade do solo. Acontece que tal falha, como era esperado, criou a necessidade de se restaurar, artificialmente, o antigo intercâmbio do homem com a terra, agora sob os auspícios de uma tecnicidade movida “às cegas”, em que cada progresso na agricultura capitalista significou um progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo. Ademais, como se não bastasse a formulação do conceito de falha metabólica (o que, certamente, problematiza as posições de que Marx não havia pensado sobre os desdobramentos ambientais do capital), cumpre lembrar, igualmente, a máxima segundo a qual a produção capitalista só desenvolve a técnica esgotando as duas fontes das quais jorram toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2006).

Contudo, se, como dito, a crise ambiental encontra seus conteúdos explicativos na base social do modo de produção capitalista, resta explicar o papel que ela exerce no interior das crises de acumulação do capital. A esse respeito, Chesnais e Serfati (2003) desenvolveram uma formulação teórica de especial relevo. De acordo com os autores, por volta da década de 1970, o fraco ritmo de acumulação mundial – com exceção do sudeste asiático e da China – levou o capital a ser confrontado por uma espécie de insuficiência de mais-valia, menos em razão da taxa de exploração do que da massa de mais-valia criada. A essa situação, o capital procurou responder com base nos processos de privatização, liberalização e desregulamentação dos mercados, e com as respectivas formas de mundialização econômica, o que, evidentemente,

aumentou a taxa de mais-valia auferida, na medida em que, pela primeira vez na história, trabalhadores do mundo inteiro foram postos em competição uns com os outros. Contudo, como o capital somente contorna suas crises empregando meios que, depois, fazem erguer diante dele as mesmas barreiras, ao longo dos anos, o problema da insuficiência de massa de mais-valia não apenas persistiu, como agravou. Mas, afinal, como isso era possível se, especialmente a partir de 1978, a taxa de mais-valia havia crescido de forma substancial, dado o aumento da produtividade proporcionado pelas novas tecnologias de produção, bem como as extrações em bruto decorrentes do trabalho precarizado? A resposta está nos efeitos parasitários dos segmentos rentistas. Como bem observam Chesnais e Serfati (2003), a mundialização do capital forneceu um grande impulso à dominância financeira da acumulação capitalista e, por causa disso, observou-se uma exponencial elevação do número de detentores de títulos de propriedade e crédito, isto é, de detentores de direitos de participar da distribuição da mais-valia e de exigir o seu aumento:

A nova configuração da partilha da mais-valia entre rendimentos financeiros e lucro reinvestido na produção (a acumulação no sentido da reprodução ampliada) produz um afastamento importante, que se aparenta a um efeito de “tesouras”, entre a taxa de acumulação que permitiria tirar todo o partido possível da elevação da taxa de exploração, de um lado, e a parte da mais-valia que deve ser distribuída para satisfazer as exigências dos detentores de títulos de propriedade e de crédito, por outro lado (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 64 - 65).

É por essa razão que, advertem os autores, faz-se necessário distinguir, mais do que nunca, a expansão material do capitalismo pelo globo de uma reprodução ampliada do valor criado. Dito de outro modo, o atual estágio da acumulação capitalista desembocou numa situação histórica em que as formas de apropriação do valor pelo rentismo (graças a uma extensão dos direitos de propriedade sobre a terra, a água, o ar, a flora e a fauna, por exemplo) levam a melhor sobre suas formas de criação maciça, configurando, portanto, a nosso ver, uma reprodução “fantasmagórica”.

Continuando a explicação sobre o papel que a crise ambiental exerce em favor da sobrevivência do capital, outro autor do pensamento marxista contemporâneo que desenvolveu importantes considerações sobre o tema é David Harvey. No entanto, ainda que guarde semelhanças com a exposição anterior, haja vista, por exemplo, as situações comentadas nas quais, em dadas regiões, as formas predatórias de apropriação do mais-valor chegam a provocar uma retração na reprodução expandida, a preocupação central do geógrafo britânico é entender, em primeiro lugar, como essas formas são funcionais para contornar as crises de sobreacumulação de capital e, em segundo lugar, os casos em que elas acabam originando,

inclusive, um novo regime de acumulação. Razão por que, antes de mais nada, vale a pena tecer algumas considerações sobre os momentos em que o capital é confrontado por seus excessos.

Grosso modo, apoiando-nos na tarefa analítica que Marx (2003) se impôs em *O Capital*, uma situação de sobreacumulação de capital é fruto de uma contradição central no seio do modo de produção capitalista, a saber: a contradição entre a produção real da riqueza e o estreitamento da fonte que produz o mais-valor. Partindo do pressuposto de que é o trabalho que cria o valor, o sistema capitalista somente irá adicionar valor real à economia apropriando-se do trabalho morto por meio da exploração do trabalho vivo – o que significa dizer também que, malgrado a atual dominância financeira da acumulação, em algum momento, o processo necessita “descer dos céus”. Acontece que, devido aos imperativos da concorrência intercapitalista, do aumento da produtividade do trabalho, bem como pela necessidade de diminuir o poder de barganha dos trabalhadores no processo produtivo, constantemente, o capital é obrigado a promover o avanço das forças produtivas, o que, como se pode presumir, termina por expulsar trabalhadores do interior de fábricas e empresas (haja vista, por exemplo, as consequências sobre o mundo do trabalho do pacote tecnológico da chamada 3ª Revolução Industrial). Logo, como fruto da tensão entre a necessidade de crescimento real, mediante o emprego de trabalho vivo na produção, e a necessidade de ganhos de produtividade (embora não sejam todos os setores produtivos que acompanham esse impulso para frente, pois, em determinadas circunstâncias históricas e em dadas produções, as relações arcaicas são até mais eficientes), periodicamente, irrompe-se no bojo da acumulação capitalista uma situação em que tanto os excedentes de capital como os excedentes de trabalho não podem ser absorvidos pelo processo de circulação material – ainda que existam situações em que somente um dos fatores esteja em excesso, sendo o mais comum, em razão das relações de poder na sociedade burguesa, a escassez de capital vis-à-vis o excedente de trabalho – o que, ao fim e ao cabo, engendra a desvalorização dos excedentes ou, até mesmo, sua destruição física (cumpre lembrar que o capital pode ser desvalorizado como moeda, por meio da inflação, por exemplo; como mercadoria, caso de estoques não vendidos, vendas abaixo do preço de custo ou perda física; ou ainda como capacidade produtiva, caso de instalações físicas ociosas ou subutilizadas). Nesse contexto, a crise de sobreacumulação de capital pode ser, formal e por que não ilusoriamente, contornada de duas maneiras: ou por meio de um deslocamento temporal, baseado no investimento em setores da produção social que possuem um tempo de giro de capital mais lento e demandam massas de capital e trabalho acumuladas de forma antecipada, caso das infraestruturas físicas e sociais (aeroportos, avenidas, estádios, sistema de esgotos, etc.) – ou com base num ajuste espacial, que, salvo engano, é o expediente que ocupa o centro das atenções de David Harvey. Senão vejamos.

Em sua obra intitulada *O Novo Imperialismo*, Harvey (2005a) observa que todos os processos concernentes ao que Marx denominava de acumulação primitiva são correntes nos dias de hoje, razão por que, diz ele, é tarefa do pensamento social efetuar uma reavaliação do papel contínuo de práticas predatórias do “pecado original” no interior da reprodução ampliada do capital. Para desenvolvê-la, o autor apóia-se no duplo aspecto da acumulação capitalista apontado por Rosa Luxemburgo em seus estudos sobre o imperialismo, a saber: o aspecto relacionado ao processo produtivo *stricto sensu* de exploração da força de trabalho, por meio do qual se extrai o mais-valor, e o aspecto referente à dominação social, uma vez que a acumulação implica igualmente a expansão geográfica do capitalismo, cujos métodos predominantes, como dito antes, são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos, uma política de esferas de interesse e a guerra – seria mesmo preciso lembrar que, raciocinando desse jeito, Rosa Luxemburgo reforça o pressuposto de que, mais que um modo de produção, o capitalismo é um regime de dominação social? Só que, para Harvey (2005a), essa característica da acumulação não serve mais para sustentar a tese luxemburguista do subconsumo, e sim para resolver os atuais problemas da sobreacumulação – vale destacar que o problema da sobreacumulação acentuou-se a partir de 1973, momento em que surgiram problemas crônicos de desvalorização do capital e da força de trabalho, principalmente em virtude dos efeitos da reestruturação produtiva do capital, quais sejam, desemprego estrutural, alta tecnologia aplicada à produção, plantas industriais menores, etc. E entre os expedientes utilizados pelo capital para contornar a desvalorização do valor criado, figuram novas formas de expropriação, que vão desde o patenteamento dos recursos florestais indígenas até a mercantilização das realizações culturais dos mais diferentes povos. Logo, a seu ver, é um equívoco falar em acumulação primitiva, visto que não há como qualificar de “primitivo” um processo em andamento. Ou melhor, ele não é apenas um requisito histórico, tal como supostamente entendera Marx – ainda mais quando, conclui o autor, esse processo transforma-se num novo regime dominante de acumulação, a chamada acumulação por espoliação:

Em parte, isso se relaciona com como e quando se formam crises na reprodução expandida. Mas pode também refletir tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de “integrar-se ao sistema” e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital [...] (HARVEY, 2005a, p. 127).

Assim expostas, no entanto, as formulações de David Harvey contêm algumas ressalvas a serem feitas, a começar pela ideia de que Marx relegara a expropriação a uma etapa inicial do capitalismo (a exemplo dos cercamentos na realidade agrária inglesa). Apoiando-nos em Fontes (2008), embora no primeiro capítulo de *O Capital* a análise da acumulação seja feita com base numa situação em que a força de trabalho já se encontra convertida em mercadoria, portanto,

expropriada, ao longo de todo o livro, porém, a expropriação figura como pré-condição permanente para a existência do próprio capital. O erro de David Harvey, nesse caso, consiste em pensar que, historicamente, após uma fase de extrema violência, o capitalismo teria entrado numa fase de “normalização” que perdurou até o momento em que a espoliação começou a ruir o caminho aberto pela expropriação inicial (o que, para autor, frise-se, é um dos fatores que distinguem a acumulação primitiva da chamada acumulação por espoliação). Ora, uma tal formulação olvida, por exemplo, que a passagem para a grande indústria, no século XIX, impôs a colonização brutal na Ásia, ao passo que o fordismo exigiu violentas lutas pela partilha do mundo, sendo, inclusive, atravessado por duas grandes guerras. Ora, uma tal formulação esquece também que, no pós-guerra, os denominados “trinta anos gloriosos” dos países centrais foram acompanhados por inúmeras ditaduras nos países da periferia (até mesmo no continente europeu, segundo provam o franquismo e o salazarismo). Ora, daí que é impossível dicotomizar as expropriações contemporâneas, segundo sugere a noção de acumulação por espoliação – isto é, de um lado, uma acumulação produtiva; do outro, uma espoliativa. Além disso, é controversa a ideia de um “lado de fora” do capital, conforme se subentende da expressão “integrar-se ao sistema”. Ainda que em certos países, como no continente africano, o “capitalismo” seja apenas força de expressão (OLIVEIRA, 2003), uma análise marxiana do capital nos permite observar que, para se reproduzir, ele é capaz de incorporar, criar e recriar diferentes temporalidades e espacialidades que não sugerem, em essência, um outro modo de produção, e sim uma reprodução não-capitalista do capital, própria de seu desenvolvimento desigual, tal como expressa Marx (2011) em os *Grundrisse* – a esse propósito, vale lembrar o atual debate travado no meio ambientalista sobre as chamadas comunidades tradicionais, cujos pressupostos estruturalistas têm iludido a diversidade de relações sociais que permearam, ao longo do processo histórico, a reprodução dessas populações. Em razão disso, portanto, não concordamos com os dualismos embutidos na noção de acumulação por espoliação, o que, é evidente, não obscurece a contribuição da análise de David Harvey para a problemática aqui em exame e, sobretudo, para o pensamento marxista contemporâneo.

A RENDA DA TERRA E AS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DO “ECOCAPITALISMO”

Malgrado as diferenças, controvérsias e problemáticas encerradas nas duas formulações teóricas expostas acima, em nossa busca por um “approach” histórico-materialista sobre a crise ecológica mundial, o ponto de convergência entre elas é, sem dúvida, a transformação da natureza em uma nova mercadoria – para além, portanto, de seu histórico estatuto de recurso físico a ser transformado pelo homem, tendo em vista as necessidades da produção material e da

reprodução social. Mas, afinal, o que faz da natureza uma mercadoria tão especial capaz tanto de provocar uma profunda inflexão nas formas de partilha da mais-valia globalmente produzida, conforme sugere François Chesnais, quanto transformar-se num dos principais expedientes utilizados pelo capital para contornar suas crises de sobreacumulação, segundo aponta David Harvey? A resposta, em nosso entendimento, pode ser encontrada na teoria das rendas fundiárias, a princípio, elaborada pelos formuladores da Economia Política (em especial por David Ricardo) e, posteriormente, incorporada de forma crítica por Marx – muito embora, atualmente, com exceção de um ou outro autor, tenha sido abandonada até mesmo pelo pensamento marxista⁴.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a renda da terra, ou renda fundiária, embora tenha sua origem em modos de produção anteriores ao capitalista, sob os auspícios do capital, ela ganha sentidos e conteúdos completamente novos. Se, no feudalismo, a renda da terra expressava um pagamento direto e pessoal do servo ao senhor, no capitalismo, ela é um tributo que toda a sociedade deve arcar, haja vista que passa a ser extraída da mais-valia socialmente formada, como produto do trabalho excedente, e não como uma propriedade inerente ao solo, uma “dádiva” da natureza, por assim dizer (MARTINS, 2004). Daí, portanto, que ela encontra seu lugar nas articulações sociais do modo de produção capitalista, fazendo parte, inclusive, de seu processo de reprodução social, notadamente, agora, quando o próprio espaço produzido em escala global converte-se numa forma de expansão do capital (e não apenas locus da reprodução material e da força de trabalho).

De modo simplificado, a renda fundiária capitalista é dividida em três tipos: a renda absoluta, as rendas diferenciais I e II, e a renda de monopólio. A renda absoluta é aquela oriunda das diferenças de composição orgânica entre diferentes setores da produção social. Na agricultura, por exemplo, em razão do uso intensivo da mão de obra empregada, o valor gerado pelo trabalho é superior ao preço geral de produção da economia (formado pela reposição do capital despendido e pelo lucro médio da economia). Nesse sentido, como a perequação da taxa de lucro entre os dois setores é obstada pela propriedade privada da terra (situação normal na economia quando se apresentam setores com diferentes composições orgânicas de capital), o sobrelucro setorial acaba transformando-se em renda da terra. As rendas diferenciais, por sua vez,

⁴ Os estudos clássicos sobre a renda fundiária tiveram como quadro de referência a realidade agrária inglesa do século XIX. Décadas depois, os teóricos marxistas da II Internacional, a exemplo de Lênin e Kautsky, seguindo a trajetória de Marx, basearam-se suas análises sobre a questão agrária e, por conseguinte, sobre a renda da terra levando em conta o papel do camponês na revolução social. Porém, no momento em que o campesinato deixou de ser fundamental para o movimento revolucionário europeu, a partir da segunda metade do século XX, os estudos sobre a renda fundiária perderam interesse. Nos 1970 e 1980, o tema foi retomado, agora com base nas rendas fundiárias urbanas, por autores como um Alain Lipietz, um David Harvey ou um Christian Topalov. Mas, de novo, na década de 1990, em função talvez das dificuldades metodológicas para operacionalizar a categoria, bem como quicá pela perda de interesse na teoria marxista, devido ao fim do socialismo real, boa parte dos autores abandonou as investigações acerca da renda da terra (BOTELHO, 2007).

estão fundamentadas no preço geral de produção, isto é, em processos de concorrência, o mercado tende a formar um preço-base fixado nos custos de produção e na taxa média de lucro da produção que se efetua em condições menos favoráveis – baixa fertilidade dos terrenos, distância em relação ao mercado, etc. Assim, utilizando o caso da agricultura mais uma vez, a renda diferencial I ocorre quando duas quantidades iguais de capital e trabalho aplicadas em extensões iguais de terra produzem resultados desiguais, gerando um lucro suplementar para quem explora a melhor terra, ao passo que a renda diferencial II é resultado do lucro suplementar obtido por meio de inversões de capital na terra, a exemplo dos melhoramentos em infraestrutura física – embora não na mesma proporção do capital aplicado. Já a renda de monopólio, à diferença das anteriores, não se origina na unidade de produção, e sim no processo de circulação material, visto que expressa tanto uma situação de mercado monopolizado *stricto sensu* (em que há um único ou poucos vendedores para uma determinada mercadoria, o que permite a eles cobrar um preço de venda bem mais elevado) quanto um preço de raridade, de modo que a escassez criada pela propriedade privada de qualquer recurso tende a reproduzir as bases para esse tipo de renda.

Feitas essas considerações, é importante dizer que a divisão dos tipos de renda da terra, o mais das vezes, possui caráter meramente analítico, posto que, na prática, a renda absoluta, as rendas diferenciais e a renda de monopólio formam uma unidade não-homogênea – as rendas diferenciais I e II não são facilmente dissociadas entre si, enquanto, em alguns casos, a diferença entre a renda monopolista e a renda absoluta é de difícil identificação (BOTELHO, 2007). Entretanto, nos exemplos que se seguem, para fins de explicação, vale a pena tentar estabelecer um paralelo entre cada forma de renda da terra com os sobrelucros extraídos por meio da mercantilização da natureza.

Começemos pela primeira delas. Ainda que a relação desigual entre indústria e agricultura seja o caso mais comum de extração de renda fundiária absoluta, no contexto atual, outras relações chamam atenção pela funcionalidade que acabaram adquirindo. Note-se, por exemplo, o sobrelucro obtido pela baixa composição orgânica da indústria da construção civil ante outros ramos industriais. Apesar das novas técnicas construtivas incorporadas a essa indústria nos últimos anos, como o uso de pré-moldados na construção de edifícios, *shopping centers*, estádios, entre outras obras, o custo do trabalho na construção civil ainda beira os 40% – ao passo que, na indústria automobilística, ele não chega a 5% (OLIVEIRA, 2006). Discrepância essa que, evidentemente, gera um sobretrabalho suplementar, bem como explica por que a industrialização do setor avança a passos bem mais vagarosos. Outra relação desigual importante é aquela travada entre a agroindústria e a agricultura familiar camponesa. Nessa relação, a renda absoluta formada pelo trabalho do pequeno agricultor é apropriada pelo capital agroindustrial à

jusante e/ou à montante, isto é, seja por meio da compra de insumos e suplementos agrícolas, seja com base no controle sobre os preços de produtos agrícolas e matérias-primas (ALFREDO, 2008). Além dessas duas relações, não poderíamos deixar de citar também os laços que unem a produção extrativista, madeireira e carvoeira, lugar-comum da depredação da natureza e do trabalho escravo e infantil, com os grandes conglomerados mineradores e siderúrgicos, a exemplo de uma Vale, uma Samarco, uma Alunorte, ou um grupo Votorantim.

Mais importante, porém, que uma tipologia das formas de extração da renda absoluta são as conclusões que elas nos levam: um, fica evidente que as desigualdades (não só entre setores, como também num mesmo setor) são funcionais para o capital – se a lógica da forma-valor é a acumulação da riqueza abstrata, isso não significa dizer que ela se realize de forma homogênea, igual. Dois, com o objetivo de criar e recriar tais desigualdades, atua de forma preponderante a mediação da renda da terra, principalmente nos momentos em que o capital encontra-se confrontado por uma insuficiência de acumulação nos ramos mais industrializados, urbanizados e tecnológicos da produção material. Somando um e dois, não surpreende, portanto, que George Soros esteja convencido de que as terras agricultáveis serão um dos melhores investimentos de nossos tempos – recentemente, a Daewoo *Logistics* fez um *leasing* de metade das terras de Madagascar (CUNHA, 2011). Assim como não é de estranhar também, em nosso país, a tentativa de revisão do Código Florestal, que, de acordo com o próprio relator do projeto de lei, o deputado federal Aldo Rebelo, irá liberar 80 milhões de hectares para a produção agrícola, bem como a supressão dos direitos das comunidades quilombolas (há quatro anos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária não reconhece uma área quilombola, sendo que 50% das áreas que ainda falta reconhecer estão localizadas no estado do Pará), e a violência contra os índios, cujo caso mais alarmante talvez seja aquele envolvendo as populações Kaiowá-Guarani, habitantes do cone sul do estado do Mato Grosso do Sul, onde, nos últimos oito anos, foram assassinados 235 índios.⁵

⁵ Esses dados foram extraídos da palestra proferida por João Pedro Stédile durante o ciclo de debates intitulado *De Jango a Lula: anotações sobre a experiência do movimento socialista no Brasil e suas perspectivas*, em 11 de novembro de 2011.



Figura 1 Duplicação da Estrada de Ferro Carajás pertencente à empresa Vale
Fonte: (AGÊNCIA T1, 2011)

Todavia, a renda da terra não permite apenas que se jogue com as diferenças de composição orgânica do capital, porquanto influencia também no ritmo de expansão e na direção que cada fração de capital toma segundo as necessidades e oportunidades econômicas produzidas ao longo do processo histórico. A título de ilustração, esse é o caso quando, em diferentes bairros de um mesmo município, é possível observar que apartamentos com padrões construtivos e arquitetônicos semelhantes apresentam apenas pequenas variações nos preços de venda por metro quadro, possibilitando, inclusive, a dedução de uma faixa média de preços. Provavelmente, isso aconteça devido à atuação de um preço geral de produção, que passa a ser determinado pelo preço individual da produção imobiliária que se realiza em condições menos favoráveis, a exemplo de edifícios construídos em terrenos caros (LEFÈVRE, 1979). Nessas circunstâncias, as produções efetuadas em locais mais baratos, ao alinharem os seus respectivos preços individuais de produção com o preço-base, terminam por se apropriar de um sobrelucro oriundo de rendas diferenciais – daí a corrida imobiliária por espaços mais amplos e baratos, num processo em que a mancha urbana avança, impiedosamente, sobre áreas protetivas e florestadas (haja vista os casos, cada vez mais comuns, de animais selvagens encontrados nos limites de condomínios e loteamentos residenciais).

Além do mercado de imóveis, outro setor cuja produção é pautada pela extração de rendas diferenciais é o da indústria petrolífera. Como aponta Harvey (2011), devido aos jogos especulativos e às apostas fictícias do mercado financeiro, os poços de petróleo “não-convencionais”, assim chamados porque implicam processos de retirada mais custosos do que o petróleo de superfície, dependendo de uma conjuntura econômica que alcance um preço-base de produção, podem vir a ser, subitamente, abertos ou reabertos – ainda que leve um tempo

considerável para colocá-los em condições de produção. As areias betuminosas de Athabaska, no norte da província canadense de Alberta, por exemplo, são caras para explorar (a produção de um barril de petróleo a partir do betume incrustado na terra exige de três a quatro barris de água) e altamente poluidoras (basta ver a destruição da floresta boreal, tida como o ecossistema que mais armazena carbono por hectare na Terra), mas se tornam muito rentáveis para a Shell ou a British Petroleum quando o preço do barril de petróleo alcança 150 dólares. O saldo é que o Canadá, país até há pouco tempo conhecido pelo selo turístico do “ecologicamente correto”, passou a figurar entre os vilões do meio ambiente, a ponto de George Monbiot, jornalista do *The Guardian*, ter confessado o seguinte: “sinto-me estranho ao escrever isso. A ameaça imediata ao esforço global de sustentar um mundo pacífico e estável não vem da Arábia Saudita, do Irã ou da China. Vem do Canadá. Como isso pode ser verdade?”⁶.



Figura 2 Norte da província de Alberta, no Canadá. Também conhecida por alguns ativistas ambientais de “Mordor”, numa referência ao Reino das Sombras da obra *O Senhor dos Anéis*, de J.R.R.Tolkien. Fonte: (REVISTA PLANETA, 2010)

Por último, entre as três formas de renda da terra, a que guarda relação mais imediata e complexa com a extração de sobrelucros na natureza é a renda de monopólio. Supomos isso por duas razões: em primeiro lugar, pela elasticidade entre o custo de produção e o preço de venda que o monopólio de um produto ou a condição de raridade de um recurso proporcionam; e em segundo lugar, devido às contradições que esse tipo de renda encerra. No tocante ao primeiro argumento, veja-se o seguinte encadeamento: o custo médio mundial de produção de um barril de petróleo é de 13 dólares. Na Arábia Saudita, chega-se ao extremo de um dólar o barril. Não obstante, o preço médio de venda de 159 litros de petróleo (equivalente a um barril) gira em torno de 100 a 110 dólares. Mas, então, como isso é possível? A resposta é que, malgrado os

⁶ Trecho da reportagem *Areia Betuminosa: a chaga negra do Canadá*, publicada na Revista Planeta, em maio de 2010.

recursos naturais agregarem pouco valor produzido pelo trabalho, obviamente porque são retirados da natureza, ao se transformarem em mercadoria, na condição de bens finitos, chegam ao mercado com um preço de venda muito alto, o que gera um lucro suplementar para quem detém a propriedade do recurso escasso. Assim, considerando que, atualmente, o PIB mundial equivale a 55 trilhões de dólares e a circulação de moeda, 155 trilhões de dólares, por que não direcionar esse excesso de liquidez para o mercado de *commodities*, especialmente se alguém lhe diz que o pico do petróleo está quase chegando (HARVEY, 2011)? Raciocínio semelhante pode ser feito para o chamado mercado imobiliário de turismo. Afinal, paga-se muitas vezes um ágio pelo privilégio de se possuir uma casa de veraneio cercada de mata (extração direta de renda monopolista) ou pela experiência única de jantar, de frente para uma praia, sob a luz do luar (extração indireta de renda monopolista). Daí também a importância de uma ideologia urbana de “fuga para o campo” que permita às diversas frações de capital sair das “amarras” de um preço geral de produção – prova disso é a presença de fundos de investimento imobiliário e grandes construtoras em empreendimentos turísticos.



Figura 3 YACAMIM. Trata-se de um complexo turístico-hoteleiro construído numa encosta do bairro do Curral, em Ilhabela-SP, pela construtora Norberto Odebrecht S/A. Fonte: (VIAJANDO BLOG, 2010)

Acontece que a renda de monopólio encerra um problema, digamos, crucial, uma vez que item algum pode ser considerado tão único e especial que não possa ser calculado monetariamente – um Picasso tem um valor monetário, assim como um Monet ou um Manet, a arte aborígene, os monumentos antigos e edifícios históricos, ou ainda a aventura de descer as corredeiras de um rio caudaloso (HARVEY, 2005b). Desse modo, quanto mais esses itens são negociados, contraditoriamente, menos únicos eles se tornam – ainda mais quando dependem de

qualidades como vastidão selvagem, grande distância e pureza de alguma experiência estética. No caso do turismo, por exemplo, a reprodução do tecido urbano acaba por suprimir as vantagens monopolistas do lugar, o que, por sua vez, leva o Estado a adotar padrões urbanísticos e arquitetônicos cada vez mais restritivos, caso de Planos Diretores “Socioambientais”, estudos de capacidade de carga e cobrança de tarifas para ter acesso a bens de uso comum. O resultado é que, tal como se sucede com relação às rendas absoluta e diferencial, a natureza transforma-se, a um só tempo, em alibi para privilegiar alguns poucos e punir muitos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se tivesse vivenciado o final do século XX, ou até mesmo o começo deste novo século, provavelmente, Rosa Luxemburgo não ficaria surpresa com o nível de predação sobre a natureza e o trabalho que o capitalismo alcançou. O fato é que, malgrado as atuais circunstâncias históricas, bem como as problemáticas e insuficiências contidas em sua teoria (risco que corre somente aqueles que se dedicam a árdua tarefa de estudar, a fundo, essa formação social tão enigmática que é o capitalismo), o duplo aspecto da acumulação do capital, para o qual a autora chamava tanto a atenção, não só tornou-se mais complexo quanto, ao que parece, acabou por fundir-se, num processo de proletarização generalizada em que a própria exploração transforma-se em renda.

Nessas circunstâncias, portanto, em que o conflito de classes espalha-se pelo globo, os artificios que o capital utiliza para superar suas crises, longe de projetarem sua destruição futura, acabam colocando em risco a própria continuidade da vida na Terra. Por outro lado, como fruto das próprias contradições que a reposição de seus pressupostos gera, tensões e conflitos múltiplos, sujeitos históricos dialeticamente produzidos e um sem-número de virtualidades contidas nos modos de vida dos mais diferentes povos podem se insurgir contra a reprodução “fantasmagórica” do existente. Afinal, se for verdade que o capitalismo não se autodestrói, posto que deve ser superado, é em situações críticas como a que estamos vivendo agora que jazem as possibilidades para um mundo além do capital.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Anselmo. Modernização e Reprodução Crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. **Revista Geousp**, São Paulo, n. 24, p. 63 - 108, 2008.

ARAIÁ, Eduardo. Areia betuminosa: a chaga negra do Canadá. **Revista Planeta**. São Paulo, mai. 2010. Disponível em <<http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/452/artigo175469-2.htm>> Acesso em: 10 fev. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 334 p.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007. 315 p.

CHESNAIS, François.; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 16, p. 39 - 75, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. São Paulo: Editora FGV, 1991. 226 p.

CUNHA, Daniel. Malthus reloaded? A produção de alimentos na encruzilhada da história. **Revista Sinal de Menos**, São Paulo, n. 7, p. 05 - 31, 2011.

DA REDAÇÃO. Vale inicia duplicação da Estrada de Ferro dos Carajás. **Agência T1**. Brasil, 6 set. 2011. Disponível em <<http://www.agenciati1.com.br/13977-vale-inicia-duplicacao-da-estrada-de-ferro-carajas/>> Acesso em: 10 fev. 2011.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 384 p.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 177 p.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005a. 201 p.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b. 251 p.

_____. **O Enigma do Capital**: as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 295 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972. 173 p.

LEFÈVRE, Rodrigo. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa e da cidade**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979. p. 95 - 116.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 8 ed. São Paulo: LECH, 2004. 157 p.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de circulação do capital. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 600 p.

_____. **O Capital**: o processo de produção do capital. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 571 p.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011. 792 p.

O’CONNOR, James. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. **CNS (Capitalism, Nature, Socialism)**, Califórnia, n. 1, p. 11 - 38, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a Exceção: ou o Estado de Exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09 - 14, 2003.

_____. O Vício da Virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 67 - 85, 2006.

SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 350 p.

VIEIRA, Andressa. Férias no Yacamim Reserva Hotel, em Ilhabela. **Viajando Blog**. Brasil, 23 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.viajandoblog.com/post/3084/ferias-no-yacamim-reserva-hotel-em-ilhabela>> Acesso em 13 fev. 2011.